Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.v19i3.80092
ARTIGO

"ELIMINAREMOS LA IDEOLOGÍA DE GÉNERO": CURRÍCULO, MEMÓRIA E RACIONALIDADE NEOCONSERVADORA NO PERU

"WE WILL ELIMINATE GENDER IDEOLOGY": CURRICULUM, MEMORY, AND NEOCONSERVATIVE RATIONALITY IN PERU

"ELIMINAREMOS LA IDEOLOGÍA DE GÉNERO": CURRÍCULO, MEMORIA Y RACIONALIDAD NEOCONSERVADORA EN EL PERÚ

Liz Pinedo Vasquez[1] 0009-0000-7757-6065
Yasmani Esquivel Caballero[2] 0009-0003-1454-3487
Jose Rodolfo Lopes da Silva[3] 0000-0002-8719-202X

[1] Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; lizpinedovasquez@gmail.com
[2] Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, Espírito Santo, Brasil; esquivelcaballeroyasmani@gmail.com
[3] Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; jrodolfolopes@hotmail.com

RESUMO:

Neste artigo, analisamos a constituição da racionalidade antigênero no Peru a partir dos discursos produzidos em torno do Currículo Nacional da Educação Básica (2016) e das propostas educacionais apresentadas por Keiko Fujimori durante a campanha presidencial de 2026. Tomando como referência uma perspectiva arqueogenealógica de inspiração foucaultiana, argumentamos que a chamada "ideologia de gênero" não corresponde a um conceito oriundo das políticas educacionais ou das ciências humanas, mas a um objeto discursivo historicamente produzido por articulações entre agentes religiosos, movimentos neoconservadores e projetos políticos comprometidos com a reorganização das formas de governo da população. Mobilizamos contribuições de Juan Marco Vaggione, Richard Miskolci, Irène Pereira, Eugénia Vilela e Ecléa Bosi para compreender como currículo, memória e cidadania tornam-se dimensões inseparáveis na produção contemporânea dos conflitos educacionais. Metodologicamente, desenvolvemos uma análise documental e discursiva de políticas públicas, pronunciamentos, documentos oficiais e materiais produzidos pelo movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*. Concluímos que a ofensiva contra a chamada "ideologia de gênero" ultrapassa a disputa sobre conteúdos escolares, constituindo uma política da memória voltada à redefinição das formas legítimas de pertencimento nacional, à regulação das possibilidades de reconhecimento social e ao governo dos futuros que podem ser coletivamente imaginados.

Palavras-chave: currículo escolar; ideologia; gênero; diretrizes da política educacional; memória histórica.

ABSTRACT:

In this article, we examine the constitution of anti-gender rationality in Peru through the discourses surrounding the National Basic Education Curriculum (2016) and the educational proposals presented by Keiko Fujimori during the 2026 presidential campaign. Drawing on a Foucauldian-inspired archaeogenealogical perspective, we argue that the so-called "gender

RECEBIDO: 19/08/2026 **APROVADO**: 23/09/2026 **PUBLICADO**: 27/11/2026

ideology" is not a concept derived from educational policies or the humanities, but rather a discursive object historically produced through the articulation of religious actors, neoconservative movements, and political projects committed to reorganizing the ways populations are governed. We draw on contributions from Juan Marco Vaggione, Richard Miskolci, Irène Pereira, Eugénia Vilela, and Ecléa Bosi to understand how curriculum, memory, and citizenship become inseparable dimensions in the contemporary production of educational conflicts. Methodologically, we develop a documentary and discourse analysis of public policies, political speeches, official documents, and materials produced by the movement *Con Mis Hijos No Te Metas*. We conclude that the offensive against the so-called "gender ideology" extends beyond disputes over school content, constituting a politics of memory aimed at redefining legitimate forms of national belonging, regulating the possibilities of social recognition, and governing the futures that may be collectively imagined.

Keywords: school curriculum; ideology; gender; educational policy guidelines; historical memory.

RESUMEN:

En este artículo, analizamos la constitución de la racionalidad antigénero en el Perú a partir de los discursos producidos en torno al Currículo Nacional de la Educación Básica (2016) y de las propuestas educativas presentadas por Keiko Fujimori durante la campaña presidencial de 2026. Desde una perspectiva arqueogenealógica de inspiración foucaultiana, sostenemos que la denominada "ideología de género" no constituye un concepto proveniente de las políticas educativas ni de las ciencias humanas, sino un objeto discursivo producido históricamente mediante la articulación de actores religiosos, movimientos neoconservadores y proyectos políticos comprometidos con la reorganización de las formas de gobierno de la población. Movilizamos aportes de Juan Marco Vaggione, Richard Miskolci, Irène Pereira, Eugénia Vilela y Ecléa Bosi para comprender cómo currículo, memoria y ciudadanía se convierten en dimensiones inseparables en la producción contemporánea de los conflictos educativos. Metodológicamente, desarrollamos un análisis documental y discursivo de políticas públicas, pronunciamientos, documentos oficiales y materiales producidos por el movimiento *Con Mis Hijos No Te Metas*. Concluimos que la ofensiva contra la denominada "ideología de género" trasciende la disputa por los contenidos escolares y constituye una política de la memoria orientada a redefinir las formas legítimas de pertenencia nacional, regular las posibilidades de reconocimiento social y gobernar los futuros que pueden ser imaginados colectivamente.

Palabras clave: currículo escolar; ideología; género; directrices de la política educativa; memoria histórica.

> Nuestro país necesita una verdadera revolución. Vamos a implementar clases de inglés, educación cívica, fomentaremos el deporte construyendo canchas de fútbol, de vóley, y por supuesto eliminaremos la ideología de género (Jurado Nacional de Elecciones, 2026, 00:48:39).

Introdução

A fala que abre esta seção foi proferida por Keiko Fujimori durante o primeiro debate presidencial, realizado em 31 de março de 2026 e organizado pelo *Jurado Nacional de Elecciones* (JNE), no contexto da campanha presidencial peruana. Mais do que apresentar um

conjunto de propostas para a educação, o enunciado articula, em uma mesma racionalidade, civismo, formação moral, esporte e a eliminação da chamada "ideologia de gênero", produzindo uma determinada compreensão sobre o currículo, a cidadania, a família e os sujeitos que podem ser reconhecidos como legítimos no espaço escolar.

Longe de constituir um episódio isolado, esse discurso inscreve-se em um cenário mais amplo de fortalecimento de agendas neoconservadoras que, nas últimas décadas, passaram a disputar intensamente as políticas educacionais em diferentes países do Sul Global[1]. No Peru, entretanto, essa disputa adquire contornos específicos a partir da emergência do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*, cuja atuação deslocou o debate sobre igualdade de gênero para o campo da ameaça moral, transformando o currículo escolar em um dos principais territórios de conflito político. Desde então, propostas curriculares, materiais didáticos, políticas públicas e a própria atuação do Ministério da Educação passaram a ser permanentemente interpelados por discursos que reivindicam a defesa da família, da infância e da educação cívica como contraponto ao que denominam "ideologia de gênero".

É justamente a transformação dessa controvérsia curricular em problema político e moral que orienta nosso interesse analítico. Mais do que descrever a emergência desses movimentos ou identificar seus efeitos imediatos sobre as políticas educacionais, interessa-nos interrogar as condições históricas que tornaram possível a produção desse regime de verdade e os modos como determinados enunciados passam a organizar aquilo que pode ser ensinado, lembrado e projetado como futuro. Afinal, quando um projeto político anuncia a eliminação da "ideologia de gênero" em nome da educação cívica, não está apenas propondo a retirada de determinados conteúdos curriculares; está também disputando quais memórias poderão circular, quais experiências permanecerão reconhecíveis e quais horizontes de futuro serão considerados desejáveis para a sociedade. A retórica contemporânea do fujimorismo em relação à eliminação da chamada "ideologia de gênero" do currículo educacional tampouco pode ser inteiramente dissociada das formas históricas pelas quais gênero, raça, reprodução e cidadania foram administrados no Peru. Durante o regime de Alberto Fujimori, marcado também por práticas racializadas de governo da população, foram implementadas políticas econômicas e sociais alinhadas às recomendações do Consenso de Washington. Entre essas medidas, destacam-se as esterilizações forçadas que afetaram aproximadamente 300 mil mulheres

[1] Lideranças como Milei (Argentina), Bolsonaro (Brasil), Peña (Paraguai), Kast (Chile) e Espriella (Colômbia) encarnam governos ou projetos com convergências em agendas neoconservadoras, gerando disputas políticas profundas em torno de gênero, sexualidade, família e educação na região.

peruanas, principalmente camponesas e indígenas, muitas delas cholas e falantes de línguas originárias (Ewig, 2012).

Partimos da compreensão de que currículo e memória constituem campos indissociáveis de produção política. As disputas em torno do conhecimento escolar envolvem, simultaneamente, disputas sobre aquilo que uma sociedade escolhe preservar, esquecer e transmitir às novas gerações. Nessa perspectiva, a memória não corresponde apenas à recordação do passado, mas constitui um campo de disputas em torno das narrativas, dos sujeitos e das formas de vida que poderão adquirir reconhecimento social (Traverso, 2007).

Ao participar da seleção daquilo que será lembrado, esquecido ou transmitido às novas gerações, ela também produz horizontes de futuro. A educação ocupa, nesse processo, um lugar privilegiado, pois constitui um dos principais espaços institucionais por meio dos quais essas disputas se estabilizam, são contestadas ou se reorganizam.

É nesse sentido que este artigo analisa a constituição da racionalidade antigênero no contexto peruano, tomando como material de análise discursos públicos de Keiko Fujimori, documentos curriculares e normativos da política educacional peruana e materiais vinculados à atuação pública do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*. Em vez de compreender tais acontecimentos como episódios isolados, buscamos interrogá-los como parte de um processo histórico de disputa pelo currículo, pela memória e pelas formas de governo das condutas, evidenciando como essas controvérsias participam da produção dos futuros que uma sociedade aprende a imaginar para si.

A pesquisa assume caráter qualitativo, documental e discursivo, orientada por uma perspectiva arqueogenealógica de inspiração foucaultiana, articulando a análise das condições de emergência e funcionamento dos enunciados à investigação das relações de poder, disputas e deslocamentos históricos que participam de sua constituição. O corpus foi constituído a partir de documentos e artefatos diretamente relacionados à institucionalização da perspectiva de gênero na educação peruana e às controvérsias públicas produzidas em torno dela. Foram mobilizados, particularmente, o *Diseño Curricular Nacional de Educación Básica Regular* (2005), os *Lineamientos Educativos y Orientaciones Pedagógicas para la Educación Sexual Integral* (2008), o *Currículo Nacional de la Educación Básica* (2016), pronunciamentos públicos de Keiko Fujimori e materiais relacionados à atuação do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*. A seleção desses materiais obedeceu a dois critérios articulados: sua participação na institucionalização da igualdade de gênero como questão educacional e sua presença nas controvérsias que posteriormente passaram a nomeá-la como "ideologia de gênero".

Analiticamente, não buscamos reconstituir uma sequência causal ou identificar uma origem única dessas disputas, mas acompanhar a emergência, a circulação e as transformações dos enunciados, interrogando as relações de saber e poder que lhes conferem inteligibilidade e os modos pelos quais produzem determinados objetos, sujeitos e regimes de verdade.

O artigo está organizado em três movimentos analíticos. Inicialmente, examinamos o Currículo Nacional da Educação Básica (CNEB) peruano como acontecimento discursivo, evidenciando a centralidade da igualdade de gênero em sua formulação. Em seguida, analisamos genealogicamente a constituição da chamada "ideologia de gênero" como objeto político, articulando a emergência do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* às racionalidades neoconservadoras contemporâneas. Por fim, discutimos como as disputas curriculares constituem também disputas pela memória pública, pela produção da cidadania e pelos futuros que uma sociedade torna imagináveis.

Da igualdade de gênero à ideologia de gênero: currículo, documento e a fabricação de um problema público

Nas últimas décadas, diferentes países têm assistido ao fortalecimento de agendas neoconservadoras[2] que tomam a educação como um dos principais terrenos de disputa política. Embora assumam configurações nacionais distintas, tais movimentos compartilham um repertório discursivo semelhante: a defesa da família cisheteropatriarcal[3], a denúncia de uma suposta ameaça moral dirigida às crianças e a produção de sujeitos apresentados como perigosos à ordem social. Do Reino Unido da Seção 28 durante o governo Margaret Thatcher às recentes políticas implementadas por Giorgia Meloni, na Itália, passando pelo bolsonarismo no Brasil e pelos movimentos antigênero em diversos países latino-americanos, observa-se a recorrência de estratégias que associam políticas de igualdade de gênero e diversidade sexual à desagregação da família, da infância e da própria nação (Silva; Caetano, 2024).

Em diálogo com Wendy Brown (2024), compreendemos que, embora neoliberalismo e neoconservadorismo constituam racionalidades distintas, sua articulação pode participar da produção de projetos políticos que recusam agendas de justiça social e reafirmam a família como núcleo privilegiado de regulação da vida coletiva. Enquanto o neoliberalismo desloca

[2] Conservadorismo e neoconservadorismo diferem: o primeiro visa preservar hierarquias; o segundo é uma racionalidade atual. Conforme Brown (2024), neoliberalismo (lógica de mercado) e neoconservadorismo (moral estatal) operam de forma simbiótica com efeitos desdemocratizantes na sociedade.

[3] A categoria articula a cisgeneridade (identificação com o gênero de nascimento), a heteronormatividade (sistema político que impõe a heterossexualidade como norma compulsória e assimétrica) e o patriarcado (sistema político-social de controle e poder centralizado no homem adulto) (Silva; Nascimento; Caetano, 2021).

para o indivíduo e para a família responsabilidades antes atribuídas ao Estado, o neoconservadorismo investe na restauração de uma ordem moral apresentada como natural, mobilizando o medo como estratégia de coesão social. Nesse cenário, políticas educacionais comprometidas com igualdade, direitos humanos e enfrentamento às desigualdades passam a ser convertidas em objetos privilegiados de contestação pública.

É nesse horizonte mais amplo que se insere o caso peruano. A aprovação do *Currículo Nacional de la Educación Básica*, pelo Ministério da Educação do Peru, em 2016, constitui um acontecimento central para compreender as disputas contemporâneas em torno da educação naquele país. Entretanto, neste artigo, o currículo não será tomado como simples registro administrativo ou expressão neutra de uma política pública. Inspirados na perspectiva arqueológica de Michel Foucault (2008), compreendemos os documentos como acontecimentos históricos inscritos em relações de saber e poder. Mais do que testemunhos transparentes de uma época, documentos constituem monumentos produzidos em meio a disputas, racionalidades e estratégias de governo. Como afirma o autor, a história contemporânea deixa de transformar monumentos em documentos para, ao contrário, "transformar os documentos em monumentos" (Foucault, 2008, p. 8), interrogando-os não em busca de uma verdade oculta, mas das condições históricas que tornaram determinados enunciados possíveis.

Essa perspectiva desloca a análise do conteúdo do documento para os regimes de verdade que ele produz e para as disputas que organiza. Em vez de perguntar apenas o que o currículo afirma, interessa compreender como determinados enunciados passam a adquirir legitimidade institucional, quais formas de cidadania procuram produzir e de que maneira se tornam objeto de controvérsias políticas. Nessa direção, o currículo peruano pode ser compreendido como um artefato político que participa da produção de determinadas formas de governo da população, ao mesmo tempo em que desencadeia reações que buscam redefinir seus sentidos.

Nas últimas décadas, o Ministério da Educação tem promovido diversas políticas voltadas à redução das desigualdades de gênero e à promoção de uma formação mais inclusiva e equitativa entre a população estudantil. A partir da Conferência de Pequim (1995), o Estado peruano assumiu o compromisso de incorporar a perspectiva de gênero às políticas públicas e passou a promover a estratégia de transversalização, sob a coordenação do então Ministério da Promoção da Mulher e do Desenvolvimento Humano (Muñoz Cabrejo, 2025). Em consonância com essas diretrizes, o campo educacional constituiu-se como um espaço estratégico para a implementação dessa política. Por meio do *Diseño Curricular Nacional de Educación Básica*

Regular (2005), foi introduzida a Educação para a Equidade de Gênero como um tema transversal, articulando-a, sobretudo, às áreas de Formação para a Cidadania e Educação Sexual, com o propósito de promover relações igualitárias entre homens e mulheres e prevenir a discriminação de gênero, bem como na área de Tutoria e Orientação Educacional. Dessa forma, buscou-se contribuir para a formação de sujeitos autônomos, capazes de emitir julgamentos críticos sobre a realidade e de participar ativamente de sua transformação.

Com base nesse processo e como parte do aprofundamento da perspectiva dos direitos humanos e de gênero no sistema educacional, em 2008 foi institucionalizada a Educação Sexual Integral (ESI) com uma abordagem mais ampla, que contempla as dimensões sociais, culturais e psicológicas da experiência estudantil (Soberón, 2017). Esse processo deu origem, em 2008, aos *Lineamientos educativos y orientaciones pedagógicas para la Educación Sexual Integral: manual para profesores y tutores de la Educación Básica Regular*, que estabeleceram a responsabilidade de docentes pelo desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes entre estudantes em relação ao exercício responsável e pleno de sua sexualidade.

Entretanto, embora a elaboração dessas diretrizes tenha gerado grandes expectativas entre os diferentes grupos envolvidos, a ESI acabou configurando-se como uma política setorial, centrada no trabalho pedagógico de docentes e profissionais responsáveis pela tutoria, e não como uma política de Estado. Isso se explica porque, diferentemente do que ocorre em outros países, a implementação da Educação Sexual Integral no Peru não possui força de lei, estando fundamentada apenas em uma resolução ministerial do Ministério da Educação (Motta et al., 2017).

O Currículo Nacional da Educação Básica (2016) incorporou a igualdade de gênero como um dos enfoques transversais que orientam o trabalho pedagógico e participam da construção do perfil de egresso da Educação Básica. Contudo, apesar desse avanço normativo, sua implementação na Educação Básica Regular (EBR) apresenta diversos desafios que incidem diretamente sobre o fazer pedagógico. Segundo Muñoz Cabrejo (2025, p. 13), a transversalização da perspectiva de gênero permaneceu, em grande medida, no plano normativo, uma vez que essas diretrizes não foram suficientemente incorporadas ao debate e às práticas do setor educacional.

Transversalizar a perspectiva de gênero na Educação Básica Regular significa integrar, de forma sistemática e contínua, essa perspectiva em todas as dimensões da ação educativa. Não se trata de abordá-la como um tema isolado, de pouca relevância ou restrito a componentes

curriculares como Tutoria ou Desenvolvimento Pessoal, Cidadania e Educação Cívica (DPCC). Ao contrário, implica incorporá-la de maneira integral em todo o processo educativo. Isso pressupõe incluir conteúdos que questionem os estereótipos de gênero, reconhecer o papel relevante das mulheres ao longo da história, na ciência e nas artes, utilizar uma linguagem inclusiva e não sexista, evitar práticas que reforcem papéis tradicionais construídos a partir de diferenças biológicas e promover relações baseadas no respeito e na igualdade.

O documento, contudo, não representa uma ruptura abrupta: resulta de um processo de reformulação curricular iniciado anos antes e dialoga com marcos legais já consolidados na legislação peruana, bem como com compromissos internacionais assumidos pelo Estado em matéria de direitos humanos. Nesse sentido, organiza a formação escolar em torno de princípios como democracia, cidadania, interculturalidade, inclusão e igualdade de gênero, compreendendo a educação como espaço estratégico para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a consolidação da vida democrática.

Essa orientação aparece logo na apresentação do perfil de egresso da educação básica, quando o documento afirma que estudantes devem participar da construção de uma sociedade democrática e equitativa, assumindo "la interculturalidad, la equidad de género y la inclusión como formas de convivencia para un enriquecimiento y aprendizaje mutuo" (Peru, 2016, p. 14). A igualdade de gênero não figura, portanto, como um conteúdo isolado ou como um tema específico do currículo, mas como um princípio transversal que organiza a própria concepção de cidadania, convivência e participação democrática proposta pelo Estado peruano.

O mesmo princípio reaparece em diferentes partes do documento. Ao apresentar o enfoque inclusivo, o currículo afirma que todas as crianças e adolescentes têm direito a oportunidades educacionais de igual qualidade "independientemente de sus diferencias culturales, sociales, étnicas, religiosas, de género, condición de discapacidad o estilos de aprendizaje" (Peru, 2016, p. 21). Já o enfoque intercultural reconhece que práticas discriminatórias, como o racismo, frequentemente se articulam "con la inequidad de género", razão pela qual uma sociedade democrática deve promover o diálogo, o reconhecimento das diferenças e a construção de objetivos comuns (Peru, 2016, p. 22).

Essa compreensão alcança sua formulação mais explícita quando o documento dedica uma seção específica ao *Enfoque Igualdad de Género*, definindo que:

> La Igualdad de Género se refiere a la igual valoración de los diferentes comportamientos, aspiraciones y necesidades de mujeres y varones. En una situación de igualdad real, los derechos, deberes y oportunidades de las personas no dependen de su identidad de género (Peru, 2016, p. 23).

O próprio documento procura desfazer interpretações naturalizadas das relações entre homens e mulheres ao afirmar que, embora existam diferenças biológicas, os papéis atribuídos aos gêneros são construídos historicamente: "estas son nociones que vamos construyendo día a día, en nuestras interacciones" (Peru, 2016, p. 23). A perspectiva de gênero aparece, assim, como instrumento para compreender desigualdades produzidas socialmente e ampliar condições de cidadania, e não como mecanismo de substituição das diferenças sexuais ou de dissolução da família.

Lida em seus próprios termos, a política curricular peruana não produz qualquer discurso sobre destruição da família, erotização da infância ou relativização das diferenças biológicas. Ao contrário, inscreve-se na tradição das políticas públicas internacionais de promoção da igualdade e dos direitos humanos. É precisamente nesse deslocamento que emerge uma das questões centrais deste artigo: como um documento que organiza sua argumentação em torno da democracia, da cidadania e da igualdade passa, em um curto intervalo de tempo, a ser denunciado como portador de uma suposta ameaça moral às famílias peruanas? Como a expressão "igualdade de gênero", reiteradamente presente no currículo oficial, transforma-se, no debate público, naquilo que diferentes agentes políticos passam a nomear como "ideologia de gênero"?

Nossa hipótese é que não estamos diante de uma simples distorção interpretativa do currículo. O que se produz é a constituição de um novo objeto discursivo. Como observa Foucault (1996), os discursos não apenas descrevem a realidade, mas produzem os próprios objetos de que falam. Acrescentar um enunciado a uma série discursiva significa instituir novas condições de inteligibilidade, reorganizando aquilo que poderá ser visto, dito e disputado. Nesse sentido, a chamada "ideologia de gênero" não designa uma realidade previamente existente no currículo peruano; constitui, antes, um objeto político produzido por práticas discursivas específicas, cuja emergência somente pode ser compreendida genealogicamente.

Da controvérsia curricular ao pânico moral: religião, neoconservadorismo e produção da ideologia de gênero

Se a análise arqueológica permitiu identificar os enunciados presentes no Currículo Nacional da Educação Básica peruano (Peru, 2016), a perspectiva genealógica permite acompanhar os deslocamentos por meio dos quais a igualdade de gênero passa a ser reinscrita, no debate público, como ameaça moral. O interesse desloca-se, portanto, do conteúdo do

documento para as condições históricas e as relações de poder que tornaram possível a emergência e a circulação dessa nova gramática política.

Richard Miskolci (2018) demonstra que essa categoria emerge como resposta às transformações produzidas pelas conferências internacionais de direitos humanos, particularmente após a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995. À medida que a categoria gênero passava a orientar políticas internacionais voltadas ao enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres, setores vinculados à Igreja Católica iniciaram um processo sistemático de elaboração discursiva destinado a apresentar essas transformações como ameaça à família, à ordem natural e aos valores cristãos. Poucos anos depois, em 1998, essa narrativa encontrou uma de suas sistematizações no contexto peruano, por meio do documento *La ideología de género: sus peligros y alcances*, divulgado pela Conferência Episcopal Peruana e elaborado com base no informe *La desconstrucción de la mujer*, de Dale O'Leary. A publicação, acompanhada de apresentação assinada pelo então bispo auxiliar de Lima, Óscar Alzamora Revoredo, antecedeu a posterior circulação internacional dessa gramática sob a denominação de "ideologia de gênero".

O documento sustenta que os defensores da perspectiva de gênero buscariam eliminar distinções entre homens e mulheres e questionar aquilo que apresenta como diferenças naturais entre os sexos. Observamos, nesse sentido, que o texto atribui a esses setores a intenção de estabelecer uma igualdade entre homens e mulheres sem considerar as diferenças naturais existentes entre ambos, especialmente as de caráter sexual, além de relativizar a noção de sexo ao admitir diferentes orientações sexuais. Segundo o documento, os proponentes dessa "nova perspectiva" não apenas questionariam pressupostos relacionados às diferenças entre os sexos, mas atacariam o próprio conceito de natureza (Conferência Episcopal Peruana, 1998). Dessa maneira, a categoria "ideologia de gênero" passa a operar como um recurso discursivo por meio do qual diferentes reivindicações relacionadas à igualdade de gênero, à sexualidade e à autonomia dos sujeitos são reunidas sob uma mesma representação de ameaça à ordem social.

Por isso, a chamada "ideologia de gênero" não constitui um conceito produzido pelas ciências humanas, tampouco pelos movimentos feministas ou pelas políticas educacionais. Conforme argumenta Miskolci (2018), trata-se de um artefato político elaborado precisamente para construir um campo de antagonismo. Sua eficácia reside em deslocar debates sobre igualdade de direitos para o terreno da ameaça moral, convertendo políticas de enfrentamento às desigualdades em supostos projetos de destruição da família, da infância e da ordem social. Mais do que nomear um fenômeno, essa categoria produz uma nova gramática política capaz

de reorganizar conflitos sociais, aproximando diferentes agentes religiosos, organizações civis, partidos conservadores e setores comprometidos com agendas neoliberais em torno de um mesmo horizonte discursivo.

A contribuição de Juan Marco Vaggione (2005) permite compreender que esse processo não deve ser interpretado apenas como permanência da religião na esfera pública, nem como simples reação moral à modernização. O autor argumenta que as disputas contemporâneas em torno do gênero e da sexualidade expressam aquilo que denomina *politização reativa*: um conjunto de estratégias por meio das quais setores religiosos reorganizam sua atuação política em resposta aos avanços dos movimentos feministas e das dissidências sexuais. Em vez de permanecerem restritos às instituições religiosas, esses grupos passam a ocupar diferentes arenas da sociedade civil, constituindo organizações não governamentais, estabelecendo alianças transnacionais e apropriando-se de linguagens científicas, jurídicas e dos próprios instrumentos democráticos para defender posições fundamentadas em princípios religiosos.

Esse deslocamento é particularmente importante porque rompe com interpretações que atribuem tais conflitos exclusivamente à persistência do fundamentalismo religioso. Como observa Vaggione (2005), trata-se da construção de novas formas de intervenção política, marcadas por aquilo que denomina *secularismo estratégico*. Nesse processo, argumentos religiosos passam a ser traduzidos em vocabulários aparentemente técnicos, científicos ou jurídicos, conferindo maior legitimidade pública às disputas morais. A controvérsia deixa de ser apresentada como defesa de valores confessionais e passa a ser formulada em nome da proteção das crianças, dos direitos das famílias, da liberdade de consciência ou mesmo da ciência. Não é a religião que desaparece da política; ao contrário, ela reconfigura suas formas de atuação e amplia sua capacidade de circulação no espaço público.

Essa reorganização política encontra um complemento importante na reflexão de Irène Pereira (2025). Para a autora, a extrema-direita contemporânea desenvolve aquilo que denomina *pedagogia pública mistificante*, isto é, um conjunto de práticas discursivas que educam politicamente a sociedade fora dos espaços escolares, produzindo interpretações compartilhadas acerca da realidade social. Diferentemente da pedagogia crítica, comprometida com a problematização das desigualdades estruturais, essa pedagogia opera mediante inversões sistemáticas entre opressores e oprimidos, apresentando grupos historicamente vulnerabilizados como ameaças à maioria e convertendo políticas de reconhecimento em formas de privilégio ou doutrinação. Ao mesmo tempo, promove crescente desconfiança em relação às ciências

sociais, substituindo investigações empíricas por narrativas conspiratórias apoiadas no senso comum e na experiência imediata.

É precisamente nesse cruzamento entre politização reativa e pedagogia pública que se torna inteligível a emergência do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), em 2016. Sua criação coincide com a publicação do novo Currículo Nacional da Educação Básica (Peru, 2016) e dirige-se diretamente contra a incorporação da perspectiva de igualdade de gênero ao documento oficial.

No final de 2016, ocorreram protestos em frente às instalações do Ministério da Educação, protagonizados principalmente por integrantes da Rede de Jovens Pró-Vida e do Movimento Nacional Pró-Família. Nesse processo, Christian Rosas Calderón, filho do ex-congressista fujimorista Julio Rosas Huaranga[4], consolidou-se como uma das principais lideranças do movimento. Cientista político, com formação em Direito Internacional e Ciência Política pela *Liberty University*, nos Estados Unidos, Rosas é frequentemente apontado como um dos interlocutores entre Keiko Fujimori e setores evangélicos organizados, evidenciando a articulação entre agentes políticos e religiosos na mobilização contra as políticas de igualdade de gênero. Essa articulação é analisada por Hedilberto Aguilar de la Cruz (2022), que identifica a aproximação entre o fujimorismo e os setores evangélicos conservadores como um elemento central para a projeção pública do movimento. Segundo Aguilar de la Cruz (2022, p. 308), ao analisar esse contexto político:

> [...] se expuso la agenda profamilia y provida como una expresión auténtica del cristianismo evangélico. A partir de la alianza entre fujimorismo y evangélicos, en el 2016 surgió la presencia pública y mediática de Con mis Hijos no te Metas.

O principal problema residia na incorporação ao currículo escolar daquilo que denominam "ideologia de gênero". Meneses (2019) explica que setores de mães, pais e responsáveis vinculados ao movimento compreendiam crianças e adolescentes como ameaçados pela aplicação, nas escolas, daquilo que denominavam "ideologia de gênero", por considerarem que, ainda em idade precoce, poderiam ser induzidos à homossexualidade. Por isso, reivindicavam para as famílias a responsabilidade pelo ensino da sexualidade, sustentando que essas questões pertenceriam ao âmbito familiar, e não ao escolar. Além disso, defendiam como legítima a família constituída por homem, mulher e seus descendentes e rejeitavam aquilo

[4] Pastor evangélico e ex-congressista peruano, eleito inicialmente pela Fuerza 2011/Fuerza Popular e, posteriormente, pela Alianza para el Progreso. Rosas destacou-se por sua atuação política vinculada a agendas conservadoras em torno da família, do gênero e da educação.

que interpretavam como promoção da homossexualidade entre estudantes (Meneses, 2019, p. 143).

Entre determinados setores de mães, pais e responsáveis, persiste a percepção de que seria inadequado que docentes abordassem a educação sexual com crianças e adolescentes, por considerarem essa uma responsabilidade exclusiva da família. Nessa perspectiva, sustenta-se que temas relacionados à sexualidade devem ser discutidos no âmbito privado do núcleo familiar, e não constituir questão de interesse público ou responsabilidade da instituição escolar. A respeito, Apple e Oliver (2004) assinalam que, para determinados setores de mães, pais e responsáveis, bem como para ativistas conservadores, abordar questões relacionadas à sexualidade humana, à política, aos valores morais e a outros assuntos vinculados a essas dimensões constitui uma prática considerada imprópria, imoral ou até mesmo perigosa. Além disso, a incorporação desses conteúdos ao âmbito escolar é percebida como uma ameaça aos valores tradicionais e como uma forma de intervenção que ultrapassa as funções que esses setores atribuem à instituição educacional. Por essa razão, defendem a necessidade de que o ensino se circunscreva a uma ordem social baseada nas relações tradicionais de gênero, na família nuclear e nos princípios de uma economia de livre mercado, tudo isso legitimado por meio de uma determinada interpretação das Sagradas Escrituras (Apple; Oliver, 2004, p. 412). Essa posição evidencia que as disputas em torno do currículo escolar não se reduzem a divergências sobre conteúdos pedagógicos, mas constituem também disputas políticas e culturais pela definição dos valores, das identidades e das relações sociais que a escola deve reproduzir ou questionar.

A partir da articulação entre lideranças religiosas, organizações civis conservadoras e setores vinculados ao fujimorismo, o movimento desloca rapidamente o debate do conteúdo efetivo do currículo para a construção de um inimigo moral sintetizado na expressão "ideologia de gênero". Mais do que questionar determinadas orientações pedagógicas, o CMHNTM produz um novo enquadramento do problema educacional, reorganizando disputas sobre infância, família, sexualidade e cidadania em torno da defesa de uma suposta ordem natural ameaçada pelo Estado. Essa lógica é sintetizada no próprio nome do movimento, que ecoa quase literalmente a fórmula empregada por Miguel Nagib, fundador do Escola Sem Partido brasileiro, em audiência pública na Câmara dos Deputados: "Meus filhos, minhas regras!" (Santos; Biroli, 2023, p. 267), o que sugere um repertório discursivo compartilhado entre os dois movimentos, ainda que produzidos em contextos nacionais distintos.

Esse deslocamento torna-se evidente quando confrontamos o texto oficial do currículo com as narrativas difundidas pelo movimento. Enquanto o documento enfatiza igualdade de oportunidades, enfrentamento às desigualdades e promoção dos direitos humanos, o CMHNTM passa a denunciar a existência de uma suposta estratégia destinada a "homossexualizar" crianças, destruir a família e retirar dos pais o direito de educar seus filhos. Não há correspondência entre os enunciados presentes no currículo e aqueles que passam a circular no debate público. O que se observa é uma operação discursiva que transforma uma política educacional voltada à igualdade em objeto privilegiado do pânico moral.

As reportagens produzidas naquele período permitem acompanhar empiricamente essa transformação. Em março de 2017, milhares de pessoas ocuparam as ruas de Lima e de diversas cidades peruanas em manifestações convocadas pelo *Con Mis Hijos No Te Metas*, exigindo que o governo eliminasse do currículo aquilo que denominavam "ideologia de gênero". Pouco mais de um ano depois, reportagem de Pires (2018), publicada no *El País*, mostrava que o movimento já extrapolava as fronteiras nacionais, articulando mobilizações em diferentes países do Sul Global e estabelecendo aproximações com grupos brasileiros vinculados ao Escola Sem Partido. No Brasil, esse movimento mobiliza princípios religiosos e a defesa da família em moldes tradicionais em oposição a partidos e agendas identificados com a esquerda (Santos; Biroli, 2023), além de se articular às agendas conservadoras que ganhariam centralidade durante o governo Jair Bolsonaro. A circulação transnacional dessas narrativas evidencia que não se trata de uma reação localizada ao caso peruano, mas da consolidação de uma racionalidade política compartilhada, atualizada segundo as especificidades de diferentes contextos nacionais. Ainda que a partir de um vocabulário teórico distinto do adotado neste artigo, a literatura brasileira sobre o Escola Sem Partido chega a uma conclusão convergente: trata-se de um mecanismo que amplia o controle privado e familiar sobre a educação em detrimento do compromisso público com agendas igualitárias (Santos; Biroli, 2023). Essa transformação discursiva também pode ser observada nos repertórios visuais mobilizados pelo movimento. A Figura 1 registra uma manifestação do *Con Mis Hijos No Te Metas* no Peru e permite observar como diferentes enunciados são condensados em uma mesma gramática política de oposição à igualdade de gênero.

Figura 1 – Manifestantes do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* em protesto no Peru.



Fonte: Con Mis Hijos No Te Metas / Divulgação (2017 *apud* PIRES, 2018).

Mais do que documentar a presença de manifestantes nas ruas, a imagem torna visível a operação discursiva examinada nesta seção. Expressões como "*Dile no a la ideología de género*", "*Defendamos la familia*" e o próprio lema "*Con Mis Hijos No Te Metas*" aproximam, em um mesmo campo semântico, gênero, infância, família e ameaça. A igualdade de gênero deixa de aparecer como princípio de uma política educacional e passa a ser significada como intervenção indevida do Estado sobre crianças e famílias. A fotografia constitui, portanto, não apenas um registro da mobilização, mas um artefato da produção pública do antagonismo que transforma a chamada "ideologia de gênero" em objeto de pânico moral.

Nessa direção, a genealogia da chamada "ideologia de gênero" revela menos a história de um conceito do que a constituição de um dispositivo político destinado a reorganizar os limites da cidadania democrática. Ao produzir a igualdade de gênero como ameaça, esse discurso redefine simultaneamente quem pode falar legitimamente sobre infância, família, educação e sexualidade, deslocando conflitos sociais para o terreno da moralidade e convertendo direitos em objetos de suspeita. Não por acaso, a controvérsia rapidamente ultrapassa os limites da política educacional, alcançando o Congresso Nacional, os tribunais, os meios de comunicação e, posteriormente, a própria disputa presidencial peruana.

Governar o futuro: memória, educação cívica e produção da cidadania

Ao apresentar seu programa de governo durante o debate presidencial de 2026, Keiko Fujimori afirmou que o Peru precisava de "uma verdadeira revolução educativa", baseada na ampliação do ensino de inglês, no fortalecimento da educação cívica, na construção de equipamentos esportivos e, "*por supuesto*", na eliminação da chamada "*ideología de género*". À primeira vista, trata-se de um conjunto relativamente heterogêneo de propostas para a educação nacional. Entretanto, a forma como esses elementos são articulados revela uma racionalidade política bastante específica: a eliminação daquilo que se nomeia como "ideologia de gênero" aparece como condição necessária para a formação de um determinado ideal de cidadania.

A centralidade atribuída ao ensino de inglês também permite interrogar as hierarquias linguísticas e geopolíticas que atravessam esse projeto de formação. A valorização dessa língua pode ser compreendida no contexto de uma inserção internacional orientada prioritariamente pelos países do Norte Global, ao mesmo tempo em que as línguas originárias ocupam historicamente posições desiguais no espaço público peruano. O país possui ampla diversidade linguística, incluindo 48 línguas indígenas, além do castelhano e da língua de sinais peruana (Panizo, 2022).

A questão que emerge, portanto, não diz respeito apenas ao conteúdo das políticas educacionais propostas, mas ao próprio significado atribuído à educação cívica. Afinal, que projeto de cidadania é produzido quando sua realização depende, previamente, da exclusão de determinados sujeitos, experiências e formas de compreender as relações de gênero e sexualidade? Em vez de representar uma disciplina neutra voltada ao aprendizado das instituições democráticas, a educação cívica passa a operar como espaço privilegiado de definição dos valores considerados legítimos para a vida coletiva.

No discurso analisado, a educação cívica pode ser mobilizada para produzir um determinado ideal de cidadania, delimitando valores, pertencimentos e formas de vida reconhecidas como legítimas. Quando articulada à defesa de uma ordem moral cisheteropatriarcal e à exclusão das discussões de gênero e sexualidade, essa formação cívica deixa de operar apenas como aprendizagem das instituições democráticas e participa da produção de um sujeito político apresentado como universal. Essa universalidade, contudo, não é neutra: ela se ancora historicamente em modelos de cidadania atravessados por relações de propriedade, gênero, religião e classe.

Essa inflexão torna-se particularmente significativa quando observada à luz do percurso reconstruído nas seções anteriores. Se o *Currículo Nacional de la Educación Básica* (Peru, 2016) buscava incorporar a igualdade de gênero como princípio de ampliação da cidadania democrática, a retórica antigênero reorganiza completamente esse horizonte de inteligibilidade. O problema deixa de ser a desigualdade social e passa a ser a suposta ameaça representada pelas políticas de gênero. Em consequência, a cidadania deixa de ser concebida como processo de ampliação de direitos e converte-se em mecanismo de preservação de uma ordem moral apresentada como anterior e superior às próprias disputas democráticas.

Currículo e memória tornam-se, nesse sentido, indissociáveis: para além de organizar conteúdos escolares, os currículos produzem narrativas sobre quem somos, de onde viemos e quais experiências merecem ser transmitidas às novas gerações. Ao selecionar acontecimentos, sujeitos, valores e conhecimentos considerados legítimos, participam da produção da memória pública e da construção das formas pelas quais uma sociedade interpreta seu passado e projeta seu futuro. Disputar o currículo significa, portanto, disputar simultaneamente aquilo que poderá ser lembrado, aquilo que deverá ser esquecido e aquilo que poderá ser imaginado como horizonte coletivo.

Existe uma disputa permanente nos processos de construção da memória. De um lado, encontram-se narrativas que adquirem legitimidade oficial; de outro, aquilo que Michael Pollak (2006) denomina "memórias subterrâneas": experiências de grupos marginalizados, excluídos ou minoritários que permanecem à margem das narrativas dominantes. Em suas análises de situações-limite, especialmente das experiências relacionadas ao Holocausto, Pollak mostra como determinados acontecimentos podem ser atravessados por silenciamentos, disputas de reconhecimento e dificuldades de transmissão. As memórias subterrâneas constituem, nesse sentido, formas de resistência aos enquadramentos oficiais da memória.

Essa compreensão da memória, contudo, ultrapassa a ideia de um simples repositório do passado. Como argumenta Eugénia Vilela (2001), a memória constitui uma dimensão fundamental dos processos de produção da experiência e da constituição dos sujeitos: os corpos não existem previamente aos regimes de significação que os tornam inteligíveis, mas emergem como efeitos de práticas discursivas que estabelecem quais formas de existência poderão adquirir reconhecimento social. Ao discutir a epidemia de hiv/aids[5] e as narrativas de Hervé Guibert, a autora mostra que essa memória nunca é neutra: quando determinados corpos são

[5] Adotamos "aids" em minúscula seguindo Herbert Daniel (2018), que destaca o termo como significante ampliado, capaz de abarcar dimensões sociais, culturais e políticas para além da síndrome. A mesma lógica orienta o uso de "hiv".

reduzidos a metáforas do perigo, da anormalidade ou da ameaça, produz-se simultaneamente um regime de visibilidade e de esquecimento, que relega certas vidas ao silêncio e à invisibilidade. Disputar a memória significa, assim, disputar os próprios regimes de inteligibilidade que definem quem pode ser reconhecido como sujeito de direitos e quem permanece situado nas fronteiras da exclusão.

Essa leitura aproxima-se da compreensão foucaultiana segundo a qual os discursos não apenas representam a realidade, mas produzem os próprios objetos sobre os quais incidem. Como afirma Foucault (1996, p. 24), "todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo". A escola, nesse sentido, não atua simplesmente como espaço de transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos, mas como instância privilegiada de regulação das formas legítimas de dizer, conhecer e existir. Currículo, memória e discurso passam, assim, a integrar um mesmo dispositivo de governo, responsável por organizar não apenas aquilo que poderá ser ensinado, mas também aquilo que poderá ser lembrado, reconhecido e projetado como parte da comunidade política.

Sob essa perspectiva, a defesa da eliminação da chamada "ideologia de gênero" não constitui apenas uma intervenção sobre determinados conteúdos escolares. Trata-se de uma operação mais ampla sobre os regimes de memória que participam da produção da cidadania. Ao deslocar do espaço público discussões relativas às desigualdades de gênero, às sexualidades dissidentes e aos direitos humanos, redefinem-se também as experiências que podem ser reconhecidas como legítimas na comunidade nacional. A exclusão de determinados saberes escolares corresponde, nesse sentido, à restrição das condições pelas quais certos sujeitos e experiências podem integrar a memória coletiva e o corpo político.

Essa reorganização da memória opera, ao mesmo tempo, como tecnologia de governo. Se governar consiste, como propõe Foucault (2008), em conduzir condutas e organizar os campos de possibilidade da ação, intervir sobre aquilo que pode ser ensinado e lembrado significa também atuar sobre os modos pelos quais os sujeitos compreendem a si mesmos e projetam a vida coletiva. A retórica antigênero não recupera simplesmente um passado supostamente perdido: ela participa da produção de uma memória autorizada, estabelecendo quais experiências poderão ser reconhecidas como patrimônio comum e quais permanecerão ausentes dos processos de transmissão cultural. O currículo constitui um dos territórios privilegiados dessa operação, precisamente porque nele se institucionalizam conhecimentos, sujeitos e formas de vida considerados legítimos.

A ofensiva contra a chamada "ideologia de gênero" ultrapassa, portanto, uma disputa terminológica. Como observa Miskolci (2018), censurar categorias como gênero e identidade de gênero nas políticas educacionais significa também limitar linguagens capazes de nomear desigualdades historicamente produzidas e, com isso, restringir possibilidades de reivindicação de reconhecimento e direitos. O que está em jogo não é apenas o vocabulário escolar, mas os próprios enquadramentos que tornam determinadas vidas inteligíveis no espaço público.

Essa disputa possui também uma dimensão temporal. Ao selecionar quais narrativas permanecerão disponíveis para as novas gerações, delimitam-se os horizontes políticos que poderão ser imaginados. Os discursos, como sugere Foucault (1996), participam da organização dos campos de possibilidade dentro dos quais os sujeitos pensam, agem e reconhecem a si mesmos. A seleção das memórias transmitidas não incide, portanto, somente sobre a interpretação do passado, mas sobre as possibilidades de elaboração do futuro.

As reflexões de Ecléa Bosi (2023) tornam-se particularmente fecundas neste ponto. Ao discutir os processos de esquecimento produzidos pelas relações de poder, a autora observa que diferentes formas de violência operam por meio do roubo das experiências, dos tempos e das histórias de determinados sujeitos. O esquecimento não representa apenas ausência de lembrança; ele constitui um mecanismo ativo de despossessão, que fragiliza o reconhecimento de si e empobrece o patrimônio coletivo. Como afirma Bosi (2023, p. 83-84), é necessário "mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes" para que "nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade". A memória assume, assim, um papel eminentemente político: não apenas conservar o passado, mas ampliar as condições de reconhecimento das diferentes formas de existência.

Nesse horizonte, a controvérsia em torno da chamada "ideologia de gênero" ultrapassa amplamente o campo da educação. O que se encontra em disputa são os regimes de memória que definem quem poderá ser lembrado, quais experiências poderão integrar a história comum e quais futuros permanecerão politicamente imagináveis. A educação deixa, então, de constituir apenas um espaço de transmissão de conhecimentos para tornar-se um dos principais dispositivos de governo da memória, produzindo simultaneamente interpretações do passado, formas de pertencimento no presente e horizontes possíveis para o porvir.

Considerações finais

Que um currículo construído em torno da igualdade de gênero, da inclusão e dos direitos humanos se converta, em poucos anos, no principal alvo do pânico moral peruano não constitui

um acidente de leitura, nem o resultado de uma controvérsia circunstancial sobre conteúdos escolares. Trata-se do efeito de uma operação discursiva que produz seus próprios objetos, reorganiza os limites do dizível e transforma políticas de igualdade em ameaças morais. A chamada "ideologia de gênero" não emerge do currículo, das ciências humanas ou dos movimentos feministas; ela é produzida como categoria política destinada a deslocar conflitos sociais para o terreno da moralidade e, com isso, redefinir os contornos da cidadania, da família e da própria democracia.

É justamente essa operação que torna inteligível o descompasso entre o texto do *Currículo Nacional de la Educación Básica* (Peru, 2016) e os discursos que passaram a circular sobre ele. Enquanto o documento inscreve a igualdade de gênero como princípio da convivência democrática e da ampliação da cidadania, a retórica antigênero o converte em evidência de um suposto projeto de destruição da ordem social. Mais do que interpretar um documento de maneira distinta, essa racionalidade produz um novo regime de verdade, capaz de reorganizar as fronteiras entre aquilo que pode ser reconhecido como proteção da infância, defesa da família e exercício legítimo da cidadania.

Ao deslocar a análise do currículo para a memória, o artigo procurou mostrar que as disputas educacionais dizem respeito a muito mais do que à seleção de conteúdos escolares. Toda disputa curricular é também uma disputa sobre as narrativas que uma sociedade transmite às novas gerações, sobre as experiências que poderão adquirir reconhecimento público e sobre as formas de vida que poderão ser percebidas como pertencentes à comunidade política. Excluir determinados saberes da escola significa, simultaneamente, restringir as possibilidades pelas quais diferentes sujeitos poderão inscrever suas experiências na memória coletiva.

Nessa perspectiva, o esquecimento deixa de representar simples ausência de lembrança para constituir uma tecnologia de poder. Ao definir aquilo que merece ser preservado, narrado e transmitido, produzem-se também formas de invisibilização e despossessão que limitam as condições de reconhecimento social. A disputa em torno da chamada "ideologia de gênero" revela exatamente esse movimento: mais do que impedir a circulação de determinados conceitos, procura delimitar quais experiências poderão integrar a memória comum e quais permanecerão situadas nas margens da história nacional.

A fala de Keiko Fujimori, que abriu este artigo, adquire, assim, um significado que ultrapassa o contexto eleitoral em que foi proferida. Ao anunciar que eliminará a chamada "ideologia de gênero" como parte de uma "verdadeira revolução educativa", não apresenta apenas um programa para a educação peruana. Delimita, simultaneamente, quais narrativas

poderão ocupar lugar legítimo na escola, quais sujeitos poderão ser reconhecidos como parte da comunidade nacional e quais futuros permanecerão disponíveis para serem imaginados coletivamente. Se o Currículo Nacional de 2016 apostava na ampliação das condições de reconhecimento social, a racionalidade neoconservadora analisada neste artigo aposta precisamente na delimitação dessas condições. Mais do que uma disputa em torno do currículo, trata-se de uma disputa pelos modos como uma sociedade produz sua memória e, por meio dela, pelos futuros que aprende a imaginar para si.

Referências

AGUILAR DE LA CRUZ, Hedilberto. #ConMisHijosNoTeMetas: un modelo evangélico de resonancia mediática y política en Perú. *In*: BARAJAS, Karina Bárcenas (org.). **Movimientos antigénero en América Latina:** cartografías del neoconservadurismo. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2022. p. 299-338.

APPLE, Michael; OLIVER, Anita. Caminando hacia la derecha: la educación y la formación de movimientos conservadores. Tradução de Ángeles Godínez Guevara. *In*: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogía de la exclusión**: crítica al neoliberalismo en educación. Ciudad de México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2004. p. 405-452.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BROWN, Wendy. Pesadelo americano: neoliberalismo, neoconservadorismo e des-democratização. Tradução de José Rodolfo Lopes da Silva. Revisão técnica de Marcio Caetano; Hudson Cristiano Wander de Carvalho. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 68, e024064, p. 1-33, 2024. DOI: 10.15210/caduc.vi68.27547. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/27547. Acesso em: 15 jul. 2025.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **La ideología de género**: sus peligros y alcances. Lima: Comisión ad hoc de la mujer; Comisión Episcopal de Apostolado Laical, 1998. Elaborado com base no informe *La desconstrucción de la mujer*, de Dale O'Leary. Disponível em: https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte**. 3. ed. São Paulo: Tipografia Jabuti, 2018.

EWIG, Christina. **Neoliberalismo de la segunda ola**: género, raza y reforma del sector salud en el Perú. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

JURADO NACIONAL DE ELECCIONES (Peru). **Debate Presidencial 2026**: segunda jornada. Lima: Radio Nacional del Perú, 31 mar. 2026. 1 vídeo (3 h 28 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bsS_d8Qf-6E. Acesso em: 23 jul. 2026.

MENESES, Daniela. Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la «ideología de género». **Anthropologica**, Lima, v. 37, n. 42, p. 129-154, 2019. DOI: 10.18800/anthropologica.201901.006. Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/anthropologica/pt_BR/article/view/21041. Acesso em: 10 jul. 2026.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, p. 1-14, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/?lang=pt. Acesso em: 25 jul. 2026.

MOTTA, Angélica; KEOGH, Sarah C.; PRADA, Elena; NÚNEZ-CURTO, Arón; KONDA, Kelika; STILLMAN, Melissa; CÁCERES, Carlos F. **De la normativa a la práctica**: la política de educación sexual y su implementación en el Perú. New York: Guttmacher Institute, 2017. Disponível em: https://www.guttmacher.org/sites/default/files/report_pdf/de-la-normativa-a-la-practica-educacion-sexual-peru.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

MUÑOZ CABREJO, Fanni. Desafíos y disputas de la incorporación del enfoque de género durante dos décadas en las políticas educativas en el Perú. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, e300005, p. 1-20, 2025. DOI: 10.1590/S1413-24782025300005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8hPg7T9dMjf7HBGTYrtLFPp/abstract/?lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 30 jul. 2026.

PANIZO, Agustin. **Contra el silencio:** lenguas originarias y justicia lingüística. Lima: Ministerio de Cultura del Perú, 2022.

PEREIRA, Irène. Analisar a pedagogia pública mistificante da extrema-direita. **(Des)troços**: revista de pensamento radical, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, e55782, p. 1-23, 2025. DOI: 10.53981/destrocos.v6i1.55782. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrocos/article/view/55782. Acesso em: 31 jul. 2026.

PERU. Ministerio de Educación. **Diseño Curricular Nacional de Educación Básica Regular**: proceso de articulación. Lima: Ministerio de Educación, 2005. Disponível em: https://www.minedu.gob.pe/normatividad/reglamentos/DisenoCurricularNacional2005FINAL.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

PERU. Ministerio de Educación. **Lineamientos educativos y orientaciones pedagógicas para la educación sexual integral**: manual para profesores y tutores de la Educación Básica Regular. Resolución Directoral nº 0180-2008-ED. Lima: Ministerio de Educación, 2008. Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/minedu/normas-legales/124589-0180-2008-ed. Acesso em: 27 nov. 2025.

PERU. Ministerio de Educación. **Currículo Nacional de la Educación Básica**. Lima: Ministerio de Educación, 2016 [i.e. 2017]. Disponível em: https://www.minedu.gob.pe/curriculo/pdf/curriculo-nacional-de-la-educacion-basica.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

PIRES, Breiller. **'Não se meta com meus filhos'**: movimento contra políticas de gênero na América Latina corteja Bolsonaro. **El País Brasil**, São Paulo, 15 nov. 2018

POLLAK, Michael. **Memoria, olvido y silencio:** la producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

SANTOS, Rayani Mariano dos; BIROLI, Flávia. Escola Sem Partido e o processo de desdemocratização no Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, SP, n. 120, p. 247-286, 2023. DOI: 10.1590/0102-247286/120. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/87pNbFX4mB4k5vqVtJZp4rg/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 24 jul. 2026.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; CAETANO, Marcio. "Deus, pátria e família": mecanismos neoconservadores de mobilização. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, *[S. l.]*, v. 7, n. 22, e16163, p. 1-22, 2024. DOI: 10.29327/2410051.7.22-55. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16163. Acesso em: 10 jul. 2026.

SILVA, Roberto Vinicio Souza da; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; CAETANO, Marcio. A Bicha Docente Despachada: socipoetizando a educação nas diferenças. **Textura**: Revista de Educação e Letras, *[S. l.]*, v. 23, n. 55, p. 194-214, 2021. DOI: 10.29327/227811.23.55-9. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/6127. Acesso em: 15 jul. 2026.

SOBERÓN, Claudia. Educación sexual y currículo oculto: género y sexualidad en una escuela rural. *In*: AMES, Patricia (org.). **La diversidad en la escuela**: aproximaciones antropológicas a las experiencias educativas de los niños, niñas y jóvenes peruanos. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), 2017. p. 133-162.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso:** historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

VAGGIONE, Juan Marco. Los roles políticos de la religión: género y sexualidad más allá del secularismo. *In:* VASSALO, Marta (org.). **En nombre de la vida**. Córdoba: CDD, 2005. p. 137-167.

VILELA, Eugenia. A memória do silêncio. **Cadernos de Literatura Comparada**, Porto, n. 3-4, p. 169-194, 2001. Disponível em: https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/62. Acesso em: 24 out. 2025.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Liz Pinedo Vasquez. Doutoranda [bolsa CAPES] em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/5435332384695259
Yasmani Esquivel Caballero. Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/0172224297061223

Jose Rodolfo Lopes da Silva. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com estágio de Pós-Graduação na Universidade de Aveiro (UA), Portugal [bolsa CAPES]. Pós-doutorando na UFPel. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6701531832345938

Como citar
VASQUEZ, Liz Pinedo; CABALLERO, Yasmani Esquivel; SILVA, José Rodolfo Lopes da. "Eliminaremos la ideología de género": currículo, memória e racionalidade neoconservadora no Peru. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 19, n. 3, e80092, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i3.80092.